



Inclusão Digital: o relacionamento social e a comunicação das pessoas com deficiência na Internet¹

Scheyla Joanne HORST²

Suellen Gonçalves VIEIRA³

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR

Resumo

Partindo do conceito de folkcomunicação e baseado no fenômeno da cibercomunicação, o presente trabalho é proposto com o objetivo de investigar o funcionamento de alguns mecanismos virtuais na busca da inserção e da cidadania de pessoas com Deficiência. Assim, *sites* de relacionamento e comunidades da Internet são apontados como espaço de discussões contra o preconceito e como novas alternativas de comunicação para esse segmento da sociedade, configurando-se como um meio de produção simbólica.⁴

Palavras-chave: folkcomunicação; mídia digital; preconceito; pessoa com deficiência.

Introdução

A proposta deste estudo é investigar o fenômeno da interação entre pessoas com Deficiência através do meio virtual, a partir da análise de fóruns encontrados em comunidades do *site* de relacionamento Orkut. A abordagem teórica está alicerçada no antigo conceito de anti-semitismo de Adorno e Horkheimer, que aborda a histórica segregação das classes, e no atual conceito de folkcomunicação, desenvolvido por Luiz Beltrão, considerando a cultura periférica no contexto da indústria e da cultura de massa.

O termo ‘marginal’ possui várias conotações, a conveniente ao estudo folkcomunicacional é “um indivíduo à margem de duas culturas e de duas sociedades que nunca se interpenetraram e fundiram totalmente” (BELTRÃO, 1980, p.39).

Baseando-se na análise de Luiz Beltrão (1967) sobre a folkcomunicação, é notável que a necessidade da Comunicação entre os diversos grupos sociais cresceu conforme o mundo se globalizou. É cada vez mais evidente que, em um ambiente constantemente mediado pelos veículos de comunicação, a afirmação da identidade de um grupo e a conquista de seu espaço simbólico depende, em grande parte, da sua visibilidade.

Comunicação é o problema fundamental da sociedade contemporânea – sociedade composta de uma imensa variedade de grupos, que vivem separados

¹ Trabalho apresentado no GT – Mediações e Interfaces Comunicacionais, do Iniciacom, evento componente do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

² Estudante de Graduação 3º. ano do Curso de Jornalismo da UNICENTRO, email: scheylahorst@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação 3º. ano do Curso de Jornalismo da UNICENTRO, email: suellengvieira@hotmail.com.

⁴ Esse estudo é parte de um projeto sobre a função da mídia na construção e veiculação da imagem da pessoa com deficiência.



uns dos outros pela heterogeneidade de cultura, diferença de origens étnicas e pela própria distância social e espacial (BELTRÃO, 2004, p. 27).

Os autores Adorno e Horckheimer (1985) também dão respaldo a esta visão, com o conceito de anti-semitismo, no qual a prática do preconceito é considerada uma atitude hostil, baseada em generalizações, informações imprecisas e incompletas. A discriminação é um reflexo das relações sociais, visto que o indivíduo fica impedido de refletir sobre sua própria impotência, perdendo o controle sobre si.

Considerando a globalização e ascendência do meio digital, as mais novas formas de comunicação vêm desempenhando um processo de inserção dos grupos marginalizados na sociedade, de forma visivelmente positiva. A Internet pode ser, neste caso, um espaço de intercâmbio entre a grande mídia e os canais alternativos que tornam a mídia cidadã, inclusive no âmbito da deficiência.

Rotulações e generalizações: um estereótipo historicamente prejudicial

Baseando-se nas reflexões geradas pelos estudos de Adorno e Horckheimer sobre o anti-semitismo, percebe-se até que ponto o preconceito pode ganhar fôlego a partir de generalizações e de formações opiniáticas repletas de incoerências. O constante movimento das relações sociais e a sua dinâmica fazem com que não haja, de fato, a reflexão sobre objetos existentes no mundo e sobre si mesmo. Desta forma, os seres humanos reagem de forma defensiva às diferenças. Tudo o que sai do padrão passa a se tornar perigoso, digno de distanciamento.

Assim, o preconceito marca o encontro entre as pessoas, e o seu conseqüente choque. Para simplificar a situação é comum utilizar a generalização, atribuindo a todos características de alguns.

No mundo da produção em série, a estereotipia – que é seu esquema – substitui o trabalho categorial. O juízo não se apóia mais numa síntese efetivamente realizada, mas numa cega subsunção. Se, numa fase histórica primitiva, o julgar consistia num rápido discriminar capaz de desfechar sem hesitação a seta envenenada, nesse meio tempo a prática da troca e a administração da justiça fizeram seu trabalho (ADORNO; HORCKEIMER, 1985, p.188).

A referência para tais reflexões encontra-se marcada na História e tem como palco a Europa. Os abusos e terror fascista durante a Segunda Guerra Mundial assinalaram o ápice da intolerância e dominação. Deficientes, negros, judeus, homossexuais, ciganos... Toda e qualquer diferença tornava-se sinônimo de perigo.



Enquanto se reflete sobre a imagem da pessoa portadora de deficiência, surge uma questão chave: será que no Brasil os espaços sociais estão bem distribuídos? De uma forma geral, têm-se a consciência que a resposta é negativa. Ao mesmo tempo, sabe-se também – e cada vez mais se divulga –, que tais espaços estão sendo criados, não só em relação a esse segmento da sociedade, mas também aos diversos grupos marginalizados da sociedade, tentando destruir preconceitos e quebrar barreiras raciais e étnicas. Assim, os espaços vão surgindo à medida que diminui a discriminação contra as minorias.

No entanto, as pessoas com deficiência ainda sofrem muito com o estereótipo herdado há tempos, tendo muitas dificuldades para modificá-lo.

Diante do novo, do irreconhecido, temos a propensão a generalizar utilizando estereótipos e analogias substitutivas das possíveis problematizações: são simplificações que respondem à demanda imediata do pensamento, valendo-se de conteúdos e juízos de valor incorporados, conforme a condição e posição na hierarquia social (SILVA, 2006, p. 425).

É secular a idéia de que as pessoas com deficiência sejam inválidas, sem competências profissionais, isto é, um peso morto para a sociedade. Num mundo que demanda o uso excessivo do corpo, a sua fragilidade o torna insuficiente. São três os conceitos que sintetizam a história dessas pessoas: a política de segregação, a política de integração e a política de uma sociedade inclusiva, aplicada hoje.

Durante muitos séculos, as pessoas com deficiência eram consideradas “inválidas” e socialmente inúteis. Neste contexto de quase barbárie, a política de segregação formulada no final do século XIX e aplicada até a década de 1940, impondo a internação definitiva em instituições fechadas, representou um progresso humanitário. A reação contra a política de segregação institucional viria com o chamado movimento de integração, que propõe a adaptação das pessoas com deficiência ao meio social. Mas, a partir da década de 1980, começa a crescer uma inquietação contra os limites da integração, que ganha forma no conceito de sociedade inclusiva e se converte em princípios da política de direitos humanos de organismos internacionais e em direitos assegurados na Constituição Brasileira (VIVARTA, 2003, p. 17).

Além de enfrentar dificuldades de adaptação com o seu problema, as pessoas com deficiência são obrigadas a provar constantemente que não são inúteis, e que, pelo contrário, possuem a capacidade de realizar perfeitamente diversas tarefas que muitas pessoas não-deficientes não realizariam. O indivíduo precisa manter o psicológico saudável para construir sua identidade e sua autonomia.

Dó, pena e piedade são os sentimentos mais comuns que surgem por parte da sociedade, segundo Edson de Matos Rebutini⁵ – que perdeu parte de um dos braços em um

⁵ Entrevistado na Associação de Deficientes Físicos de Apucarana (ADEFIAP), Paraná.



acidente de trabalho. Mas Edson garante que a dificuldade física não faz dele uma pessoa infeliz ou merecedora de caridade. “Quando eu chego aos lugares, eu entro de cabeça erguida. As pessoas me olham com ar de espanto, mas o que elas estranham, na verdade, é a minha alegria de viver”.

Para Veet Vivarta (2003), no livro *Mídia e Deficiência*, “ter uma deficiência não é, necessariamente, sinônimo de precisar de uma política assistencialista para viver.” Pois existe uma grande diferença entre assistência social – “é um direito legítimo de qualquer cidadão em situações extremas” – e política assistencialista – “se caracteriza por estabelecer uma relação de dependência e conceber o beneficiário como um ser passivo, contemplado não com um direito, mas com um favor social”.

A deficiência pode causar constrangimento e incômodo. É o diferente, ao que a maioria rejeita, que faz surgir o preconceito. Em seu artigo *O Estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência*, Lucilene Silva (2006) coloca que “As pessoas com deficiência causam estranheza num primeiro contato, que pode manter-se ao longo do tempo a depender do tipo de interação e dos componentes dessa relação.” Conforme a autora, o preconceito emerge como um comportamento pessoal que não pode ser atribuído apenas ao indivíduo, pois não se restringe a exercer uma função irracional da personalidade.

As pessoas acometidas pela deficiência possuem limitações com seus problemas fisiológicos, mas quase sempre superáveis. A sua maior limitação é a falta de oportunidade, o desprezo demonstrado pelas pessoas. A pessoa que tem deficiência espera da sociedade a possibilidade de fazer valer os seus direitos de cidadão e ter a sua vida preservada de qualquer tipo de preconceito.

Isto se confirma com o depoimento de Sérgio Milani⁶ – paciente sem o movimento das pernas e de parte do corpo: “Na realidade, por vezes nos deparamos com físicos perfeitos dotados de mentes deficientes, de espíritos inválidos. Como também localizamos mentes luminosas, espíritos brilhantes, em corpos físicos mutilados, aleijados... Então, por que o preconceito? Por que discriminar a deficiência física, já que todos somos finitos enquanto corpos, e só o espírito sobrevive? O deficiente físico só quer ser tratado com igualdade, ele não é nem melhor nem pior que os outros”.

Para derrubar esta barreira hierárquica que os indivíduos com deficiência encontram em seu caminho, em primeiro lugar as pessoas mais próximas precisam acreditar nele,

⁶ Disponível em: <<http://www.alessandra.eduardo.nom.br/html/milani.htm>>. Acesso em 19 de março de 2008.



valorizá-lo e ressaltar suas competências, pois segundo Waldir Santos (1995), em sua dissertação de Mestrado com o tema *O Difícil Processo de Ressignificação da Deficiência Mental*, quando as pessoas com deficiência são tratadas com diferença, ocorrem reações por parte delas que restringem as possibilidades de um melhor desenvolvimento. “No caso de pais e familiares a consequência desta representação é a menor oferta de oportunidades para a aquisição de autonomia, seja pela maior tendência de isolá-los em casa ou instituição especializada, seja pelo baixo nível de atenção dispensada (quantitativa e qualitativamente falando)”.

Santos diz perceber, nestes casos, que a família tem dificuldade em deixar de comparar seus filhos com outros tidos como normais. “Esta constante comparação se configura, ao meu entender, como resistência em aceitá-los em sua condição diferenciada”.

Se houver naturalidade ao lidar com a situação, as outras pessoas terão mais facilidade em enxergar essas qualidades e assimilar a pessoa com deficiência como alguém ‘normal’, aceitando-a. O reconhecimento por parte dos familiares e amigos, aliado à força da mídia trazendo a informação, faz diminuir o preconceito gradativamente, podendo caminhar para uma futura igualdade social.

A sociedade evoluiu e a mídia também, mas faz pouco tempo desde que a imprensa começou a fazer matérias com foco nas pessoas com deficiência. Nessas primeiras reportagens, a abordagem sempre enveredava pelo enfoque da vitimização, enfatizando o lado triste, impotente, inútil de suas vidas, reforçando cada vez mais o estigma e o estereótipo. Hoje, a mídia se prepara cada vez mais para separar e entender as situações e o que cada enfoque representa – um atraso ou um avanço (VIVARTA, 2003, p. 29).

A busca de uma afirmação identitária

Produto da Indústria Cultural, o mundo se reduziu à massificação, homogeneização e padronização, onde o indivíduo perde sua particularidade em função do todo. No caso Deficiência, como foi visto anteriormente, isto não é diferente: os indivíduos que a possuem sofrem com o preconceito, e têm sua identidade considerada apenas por uma de suas características. Característica, por sinal, contrária às normas sociais vigentes, o que causa um sentimento de recusa e resistência.

Por não corresponderem ao comportamento pré-estabelecido pelos *mass media*, essas pessoas (como todos os outros grupos minoritários) buscam, através da comunicação, projetar-se no mundo, conquistando espaço, afirmando sua identidade e imprimindo suas marcas na realidade. O acesso democrático aos meios de comunicação de massa é, segundo a professora Cicília Peruzzo (2002), o ponto inicial da comunicação para a



cidadania, pois só assim a minoria pode dar viabilidade e viabilizar uma outra imagem que não a feita pela maioria.

A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita a pessoa tornar-se sujeito de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados. A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos à sua cultura (PERUZZO, 2002).

Para Rosângela Bieler (1996) no documento *Mídia e Deficiência: Manual de Estilo*, os meios de comunicação de massa são “uma das principais alternativas para reverter o quadro de desconhecimento sobre os impedimentos, deficiências e limitações”. Quando as questões são abordadas corretamente, criam-se “as condições necessárias para que a sociedade atente para o fato de que, mesmo portando alguma deficiência, as pessoas podem e devem participar do processo de convivência plena”.

Após a integração com os meios de comunicação de massa, é comum que as minorias deixem de produzir apenas discurso, passando, também, para a ação política (que pode surgir na forma de comunicação comunitária), na esperança de alcançar seus direitos. Peruzzo (2002) constata que a participação das pessoas na produção e transmissão das mensagens e na gestão do veículo de comunicação comunitária contribui para que elas se tornem sujeitos, protagonistas da comunicação, e não somente receptores.

A comunicação popular/comunitária, que inicialmente se valeu de instrumentos simples, de pequeno alcance e artesanais, aos poucos inspirou a apropriação das tecnologias de comunicação, especialmente o rádio, a televisão e mais recentemente a internet. Porém, tão importante quanto o acesso às tecnologias modernas é o fato de a comunicação comunitária ter sabido adaptar-se à conjuntura da década de 1990, caracterizando-se como espaço mais plural para a participação e de respeito às demandas de seus públicos (PERUZZO, 2002).

Portanto, é em plena era da globalização que a idéia de comunidade reaparece investida com um poder de resgate da solidariedade humana ou da originalidade social perdida. Neste quadro, Raquel Paiva (1998), em seu livro *O Espírito Comum*, formula a perspectiva da comunicação comunitária como uma contraposição à *mass media*, por adotar uma postura política de reivindicação e interferência – a que denomina pressão – na atual ordem tecnointustrial do mundo. Paiva é contundente ao afirmar que um veículo que se pretende comunitário deve “opor-se, ou pelo menos não aceitar incondicionalmente o ideal societário, no qual a globalização traz como lógica os princípios de hegemonia e exclusão”.

A autora também salienta que há um “encurtamento” das distâncias advindo do desenvolvimento tecnológico, ou seja, a comunidade – que se constitui de um grupo



fechado – surge graças à presença das redes de informação. Assim, com a comunicação comunitária e a conseqüente definição de territórios midiáticos, pode-se potencializar uma alternativa de sociabilidade dos grupos minoritários (no caso em questão, o das pessoas com deficiência) através dos mecanismos de produção simbólica existentes, dentre os quais, indiscutivelmente, está a mídia digital.

Mídia digital: um espaço de socialização

O Jornal Nacional do dia 28 de março de 2008 mostrou que “em uma década, a porcentagem de lares brasileiros que têm computador saltou de 7% para 25%”, e ressaltou que a inclusão social é feita, também, através da inclusão digital. Sobre a ampliação das inter-relações sociais por meios das novas tecnologias, Laan Mendes de Barros (1997) observa:

Torna-se cada vez mais aceita a noção de que a formação cultural dos seres humanos nas sociedades contemporâneas passa muito pelas intermediações do cotidiano marcadas por um contexto de complexidade. Intermediações que ocorrem através da comunicação interpessoal, grupal e massiva e que se ampliam com a incrementação de novas tecnologias (BARROS, 1997, p. 30).

Sem dúvidas, estamos vivenciando um momento de revolução tecnológica e crescente participação social no mundo digital, destacando essa mídia como veículo de expressão de posições bastante diversificadas. Apesar de não ser absolutamente acessível ainda, o baixo custo da disponibilização de informação da Internet, para quem já tem acesso à rede, e a maior interatividade característica do veículo são fatores que contribuem para o seu uso.

Assim como Raquel Paiva (1998) afirmara que na comunicação comunitária os usuários não são somente receptores, mas emissores, Pierre Lévy (1996), no livro *O que é Virtual?*, identifica a virtualização como um modelo todos-todos, em que há uma troca cultural entre os usuários dessa mídia, contando com a vantagem de ter acesso à vários lugares e várias pessoas ao mesmo tempo.

Portanto, a Internet adapta-se ao nosso tempo devido à velocidade e interatividade que facilitam a divulgação de idéias vindas de qualquer público e a agregação de pessoas conforme possíveis afinidades. Quando isso acontece, surge o diálogo e, com o tempo, a integração, que, por sua vez, dá espaço para o estabelecimento de uma identidade, visto que a liberdade identitária está relacionada com a afirmação inclusiva, ou seja, quando o indivíduo percebe-se simbolicamente aceito em um grupo.

Assim como outros ‘guetos’, as pessoas que possuem algum tipo de deficiência sentem necessidade de agruparem-se com semelhantes a partir de sentimentos e desejos mútuos, juntando forças para que o seu ‘gueto’ não sofra alguma taxaço de desvio de caráter. E,



como muitas dessas pessoas se sentem inibidas em expor seus desejos e idéias no cotidiano (a grosso modo, “dando a cara à tapa”), elas optam pela alternativa virtual, usando a Internet como ponte entre suas expressões e o mundo.

O ciberespaço constitui-se, nesse contexto, o meio – tão importante quanto a mensagem que está sendo transmitida – onde ocorre a socialização de problemas, bem como o compartilhamento de dramas parecidos enfrentados por pessoas que possuem deficiência. Nesse meio, os indivíduos unem-se e formam uma coletividade, podendo promover ações e manifestações dentro e fora da rede.

A visão que se tem no presente trabalho é a de, a partir da análise de comunidades (que tratem da temática da deficiência) existentes em *sites* de relacionamento, considerar estes mecanismos virtuais como ferramentas de integração na sociedade. O objetivo não é sugerir ou apontar esse meio de expressão e opção discursiva como o principal ou o mais eficiente, mas ressaltar sua importância e sua ascendência.

Sites de relacionamento e comunidades virtuais: o local para o debate

Comumente denomina-se comunidade um conjunto de pessoas em determinada área geográfica. Para haver uma comunidade, é necessário que haja certa proximidade espacial entre os seus membros, a fim de permitir o contato direto entre os mesmos. A existência de interesses em comum para alcançar objetivos, que não poderiam se concretizar sem a união dos membros, é outra característica constituinte (ÁVILA, 1975).

Dessa forma, os grupos que se interligam por meio de conferências eletrônicas, acabam presenciando vivências semelhantes às citadas acima, sendo o local chamado de ciberespaço. Este ambiente virtual, formado por redes de computadores ao redor do mundo, tem como aspecto diferencial o fato de tornar seus membros autores da interação.

Os *sites* de relacionamento foram criados com o objetivo de agregar membros, que se cadastram com o intuito de aumentar laços de amizade, interesses, contatos. O Orkut⁷ é o mais disseminado dentre os existentes e, sendo utilizado por tão generosa parcela da população brasileira, não há como negá-lo como meio de disseminação de culturas e,

⁷ O Orkut (ou orkut) é uma rede social filiada ao Google, criada em 24 de janeiro de 2004, com o objetivo de ajudar seus membros a criar novas amizades e manter relacionamentos. Seu nome é originado no projetista chefe, Orkut Büyükkökten, engenheiro turco do Google. Tais sistemas, como esse adotado pelo projetista, também são chamados de rede social. É a rede social com maior participação de brasileiros, com mais de 23 milhões de usuários. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Orkut>>. Acesso em 21 de março de 2008.



pelo menos, tentativa de afirmar estas na sociedade. Dessa forma, as comunidades – que são criadas a partir de certas afinidades dos membros –, provocam discussões em seus respectivos fóruns, podendo unir seus membros e incentivá-los a ampliar e transportar o debate do meio virtual para a própria sociedade.

Algumas das comunidades a respeito da deficiência e de seus portadores foram analisadas⁸, na tentativa de identificar efeitos que esse tipo de relação social pode causar, e se são válidos como contribuintes na afirmação identitária do segmento social em questão.

A comunidade “A deficiência está no coração” é a maior, ou a que contém mais membros participantes (mais de 133 mil até o dia que foi consultada), sobre esse assunto. Ela une pessoas com e sem deficiência física, e discute os sentimentos ruins do ser humano, considerando-os como a pior das deficiências. Também tem o intuito de minimizar o preconceito – denunciando-o dentro e fora do Orkut –, mobilizar as pessoas a realizarem ações de solidariedade e ajudar àquelas que estão precisando (com frases de apoio, por exemplo). Nessa mesma comunidade, familiares de pessoas com deficiência trocam experiências, idéias, sugestões...

Em outras comunidades com o mesmo cunho, observam-se repetidas situações de indignação e busca pela igualdade. “Chega!!! Isto mesmo, chega!!! Está mais do que na hora de acabar com esse tal de preconceito. A palavra já diz, é um pré-conceito, é o juz que fazemos do que não conhecemos bem. Você que é deficiente, saiba que vc é capaz, é sim, só depende de vc ser feliz” é o alerta de Ninha, dona da comunidade “Deficiente sim, incapaz não!”.

Em “Deficientes, Eficientes”, existe uma enquete indagando a ausência de comerciais direcionados à pessoa com deficiência, ou que a coloquem como consumidora. “No Brasil, o grupo dos deficientes, como categoria de consumidor, está totalmente inexplorado. No exterior, uma propaganda da Coca-Cola, da Pepsi quase sempre tem um deficiente. Na Europa e nos Estados Unidos, existem hotéis e agências de viagem especializados em deficientes. Há imobiliárias e construtoras só para eles”, explana Jorge. Seguindo esse mesmo rumo, Carlos Mayer denuncia “Muito raramente a mídia disponibiliza espaço para deficientes. Já vi comerciais com portadores de síndrome de down, e uma vinheta da Globo desenhada pelo Ziraldo que era veiculada aqui no estado do Rio de Janeiro e chamava atenção para as "necessidades especiais" dos deficientes

⁸ A pesquisa foi realizada entre os dias 21 e 26 de março de 2008.



físicos. É uma lástima que a televisão venda a imagem de corpos perfeitos e bronzeados, belezas irretocáveis, paisagens lindas e carros luxuosos... A vida real é bem diferente deste universo paralelo que a televisão divulga”.

Na comunidade “Estudos sobre deficiência”, as pessoas com deficiência podem conseguir informações quanto aos seus direitos, e têm acesso a leis e notícias relacionadas ao seu interesse. Sendo útil também aos estudiosos sobre a temática, a comunidade visa promover debates, trocar idéias, textos, bibliografias, experiências, autores, referenciais, pois segundo o dono, Wederson Santos, “os Estudos sobre Deficiência é um campo bem consolidado no mundo todo, entretanto, no Brasil ainda é bem disperso e frágil”. Nesta comunidade, foi encontrado um curioso depoimento de Luiz Numeriano (que usa o *nick* ‘O anão’): ele foi barrado em um parque de diversão devido à sua estatura, ou seja, sua deficiência. Ele usa a comunidade, nesse contexto, para fazer uma denúncia e divulgar a falta de respeito que sofreu.

Na comunidade “dEFICIENTE Online”, um dos tópicos direciona para um *site* com a mesma denominação, exclusivo para os profissionais com necessidades especiais, que podem se cadastrar e aguardar por vagas de empregos. Também no âmbito do mercado de trabalho, a comunidade “Deficientes do Brasil” traz um tópico exclusivo para a divulgação de vagas e oportunidades de emprego. O dono usa o *nick* ‘Lendário Muletante’, e enfrenta sua deficiência como uma marca registrada, orgulhando-se dela.

Exemplos como ‘O anão’ e ‘Lendário Muletante’, pessoas que “vestem a camisa” da sua dificuldade e usam dos artifícios que dispõem para conquistar seu espaço e definir sua identidade, servem de estímulo para que outras pessoas, em situação parecida, assumam suas particularidades sem perder o senso de humor.

Em um tópico com o título “Deficiente, mas feliz”, Katarine Lopes desabafa “Sofri um acidente e fiquei impossibilitada de falar, mas considero-me uma mulher normal, pois amo a vida e tudo tem uma razão de acontecer em nossas vidas”. Rosemeri Prado, que enfrenta um problema de nervos que prejudica o movimento de seu braço direito, testemunha “Noto que as vezes chamo atenção, mas nunca me incomodou. Sei que, às vezes, amigos tem mais cuidado comigo por eu ter esse problema, mas eu até curto, acabam me mimando”. Esse depoimento esclarece o quão é menor o problema – se é que pode ser assim considerado –, pra quem o tem do que pra quem o vê.

Algumas comunidades são direcionadas para cada tipo de deficiência, como “Deficientes Físicos”, “Deficientes Muletantes”, Deficiência Visual e Cegos”, “Deficiência Auditiva no Orkut”, etc.



Os deficientes auditivos, em especial, mais do que os outros, podem encontrar na Internet uma ótima alternativa de relacionamento e comunicação, já que na maioria das vezes também têm a fala dificultada ou anulada. A comunidade “Somos surdos e mudos e daí?” contém um direcionamento para um *site*, o qual possui um curso de Libras. O curso é, segundo Almerinda de Amorim e Souza, “muito bem explicado com detalhes importantes e a ilustração facilita bastante a aprendizagem.” Dione Salgado Ribeiro tem, também, um depoimento aprovador “Quando me inscrevi para o curso, acreditei nele, quando o terminei passei a acreditar em mim”.

Nessa mesma linha de análise, merecem destaque as pessoas ouvintes e que usam o sistema de Libras para se comunicar com deficientes auditivos próximos, como o(a) namorado(a), por exemplo. Rodrigo Hernandez desabafa sobre sua companheira “Tenho certa dificuldade em me comunicar com ela. Aprendi um pouco de libras (muito pouco), porém ela sabe me passar o que ela quer dizer. Quando não, ela escreve. Costumo dizer que nem sempre para dizer algo é preciso falar, muitas pessoas falam muito, mas não dizem nada”.

De um modo geral, todas as comunidades que são criadas a partir da tematização da Deficiência, expressam um desejo de mudança, seja através da solidariedade, seja através da lei. Esses espaços revelam, através dos discursos e projeções simbólicas ali presentes, o quanto é longa e complicada a busca pela cidadania e a construção identitária da pessoa com deficiência, e fica claro, a partir das comunidades analisadas, que os valores são disputados pela emoção e pela razão, pelo sentimento e pelos direitos (tão burocráticos), revelando discursos muito diferenciados. Este terreno, ao contrário de ser periférico, é central para a possibilidade (ou a falta dela) de uma auto-percepção identitária deficiente que se afirme como legítima.

Considerações finais

Em meio à globalização que se presencia atualmente, é praticamente impossível ignorar os diferentes aspectos culturais existentes quando se discute sobre comunicação. Nesse contexto, é importante reconhecer a teoria da folkcomunicação como agente comunicacional, propiciador de “voz e vez” às classes marginalizadas. Aliados à folkcomunicação, os movimentos sociais surgem como luta das minorias, que buscam estratégias para estabelecer e consolidar uma identidade própria.



Nos últimos anos, essa corrida em busca da cidadania aparece imbricada, cada vez mais, nas novas tecnologias de comunicação, especialmente na rede mundial de computadores. O espaço virtual vem se constituindo em um campo de batalha dos possuintes de cultura periférica, sendo um território de intercâmbio entre a grande mídia e a sociedade de massa.

Com base na análise das comunidades, nota-se que o ciberespaço possibilita um compartilhamento das maneiras de sentir e pensar das pessoas com deficiência, possibilitando uma abertura para a explanação de idéias. Pois, assim como outros segmentos sociais não condizentes com a cultura geral adotada, essas pessoas sentem-se retraídas e, muitas vezes, envergonhadas de expor seus ideais.

A Internet atravessa a realidade, então, como uma trincheira ideológica de combate ao preconceito, através de discursos e incentivo à ação social. Embora os debates da rede muitas vezes não transcendam o virtual, é inegável a sua importância como meio de expressão das pessoas com deficiência, e conseqüente ferramenta de auto-construção e auto-afirmação de identidades.

Fica nítido, a partir da exemplificação exposta neste trabalho, que o relacionamento virtual configura-se e continuará configurando-se como terreno de batalha ideológica pela legitimação das minorias como cidadãos e cidadãs, enquanto não acabe plenamente a hibridização cultural e a atribuição de valores forjados pela sociedade.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Pe. Fernando Bastos. **Pequena enciclopédia de moral e civismo**. 2. ed. Brasília: Fename, 1975.

BARROS, Laan Mendes de. Comunicação e educação numa perspectiva plural e dialética. **Nexos – Revista de Estudos de Educação e Comunicação**. São Paulo: Univ. Anhembi-Morumbi, p.19-38, 2o. sem. 1997.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: teoria e metodologia**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2004.

BIELER, Rosângela B. **Mídia e Deficiência: Manual de Estilo**. 3. ed. Brasília: CORDE; Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/sicorde/midia.asp>>. Acesso em: 14 mar. 2008.



HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Elementos do anti-semitismo**. In: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max (Orgs.). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum: comunicação, mídia e globalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicília M. K. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. *Revista do Pensamento Comunicacional Latino Americano*, São Paulo, v. 4, n. 1, out./nov./dez. 2002. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

SANTOS, Waldir C. S. Dos. **A deficiência mental no imaginário social: termos, imagens, conceitos, definições e classificações**. In: *O Difícil Processo de Ressignificação da Deficiência Mental: Os Profissionais Falam de Sua Prática*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1995. Disponível em: <<http://www.profala.com/artto7.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2008.

SILVA, Lucilene M. **O estranhamento causado pela Deficiência: preconceito e experiência**. *Revista Brasileira de Educação*, Bahia, v. 11, n. 33, p. 424-434, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a04v1133.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

VIVARTA, Veet. (Coord.) **Mídia e Deficiência**. Brasília: ANDI; Fundação Banco do Brasil, 2003.

Sites analisados

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=3565738>, acessado em 21 de março de 2008.

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=23157722>, acessado em 21 de março de 2008.

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=36320667>, acessado em 21 de março de 2008.

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=19305887>, acessado em 21 de março de 2008.

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=13825184>, acessado em 21 de março de 2008.

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=3997610>, acessado em 22 de março de 2008.

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=11736284>, acessado em 22 de março de 2008.

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=4363070>, acessado em 22 de março de 2008.